

Tornar-se Mãe: considerações acerca do lugar da maternidade na contemporaneidade

Becoming Mother: Considerations About Maternity place nowadays

Ana Raquel Soares Lopes

Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí

Psicóloga Clínica em Centro de Atenção Psicossocial

Email: lopesraquel.psi@gmail.com

Ângela Sousa de Carvalho

Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará

Email: angela.carvalho.789@gmail.com

Endereço: Ana Raquel Soares Lopes

Rua Zeferino Vieira, 918. Bairro: Vermelha. CEP:
64019-020. Teresina/PI

Endereço: Ângela Sousa de Carvalho

Rua José Sinimbu, 345. Bairro: São Cristóvão CEP:
64055-170. Teresina/PI.

Editor Científico: Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

**Artigo recebido em 02/01/2017. Última versão
recebida em 20/01/2017. Aprovado em 21/01/2017.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma monografia do tipo pesquisa bibliográfica, a qual teve como questionamento disparador a maneira como se instaura a maternidade para a mulher, no contexto da contemporaneidade. Para isso, analisamos o percurso histórico do ser mãe, as questões psíquicas envolvidas frente à psicanálise (destinos do Édipo e relação filho-falo) e concluímos com questões que tangem a atualidade. Observamos que os significados e o que esperamos do “ser mãe” se modificam a cada época, na medida em que as sociedades mudam seus olhares sobre estas questões. Acrescentamos que hoje em dia, com a ascensão do feminino e a mudança de paradigmas, a mulher busca novas realizações, e que estas perpassam a de genitora e “dona do lar”, fazendo com que nem sempre o desejo de ser mãe seja necessariamente o desejo de criar um filho.

Palavras- chave: Maternidade. Construção. Contemporaneidade. Psicanálise.

ABSTRACT

This article is the result of a monograph type of research literature, which was to trigger questioning the way is established motherhood for women, in the contemporary context. For this, we analyzed the historical background of being a mother, the psychological issues involved front of psychoanalysis (Oedipus destinations and son-talk ratio) and conclude with issues that concern the present. We note that the meanings and what we expect of "motherhood" are modified to each time, as societies change their views on these issues. We add that today, with the rise of female and changing paradigms, the woman seeks new achievements, and these permeate the mothers' and "owner of the home," making not always the desire to be a mother is necessarily the desire to raise a child.

Key words: Maternity. Construction. Contemporaneity. Psychoanalysis.

1 INTRODUÇÃO

1.1 A mulher e a maternidade: um percurso histórico

Vivemos em uma época de grandes mudanças no que diz respeito às questões que permeiam o campo do social. Apresentamos hoje em dia múltiplas configurações; o discurso que antes direcionava, padronizava e unificava os seres e as coisas, agora fala em pluralidades, diversidades e subjetividades.

O rápido movimento das mudanças econômicas, tecnológicas, culturais e do cotidiano ocorridas durante o período histórico dos pós modernidade – que vai desde a nossa contemporaneidade, de meados do século XX aos primeiros anos do século XXI – tem deslocado as estruturas centrais da sociedade. Instituições, quadros de referência, estilos de vida, crenças e convicções tem sido afetado por ações provenientes da globalização (HALL, 1997).

O autor Louro (2007) afirma que historicamente as atribuições de significados e valores dados aos corpos modificam-se através dos tempos e das comunidades. A maioria das sociedades estabeleceu a divisão sexual masculino/feminino relacionada com o biológico.

Desse modo, o corpo ganhou papel primordial de causa e justificativa das diferenças entre os sexos e, com isso, características físicas passaram a ser tomadas como marca de distinções e de exercer poder entre homens e mulheres.

Neste sentido, é possível inferir que no decorrer dos séculos, as representações culturais de maternidade possibilitaram às mulheres entenderem aquilo que são e devem fazer enquanto mães, por meio de diferentes discursos circulantes na sociedade (Woodward, 2000). A história da maternidade é um tema vasto, que diz respeito a vários domínios – à história das mulheres e do gênero, à história política, à história social, à história cultural, dentre outros.

Para iniciarmos, destaco primeiramente os sentidos da palavra maternidade, que, como tantas outras, é polissêmica, e apresenta quatro significações – segundo o dicionário Aurélio: a) é, ao mesmo tempo, um estado, isto quer dizer, a qualidade de mãe; b) uma função reprodutiva, a ação de carregar e de colocar crianças no mundo; c) uma obra de arte representando a mãe e o bebê; d) e um estabelecimento ou serviço hospitalar onde se fazem os partos.

A conceituação da maternidade por tanto, não é simples, porém pode ser entendida como uma relação entre mãe e filho onde estão incluídos aspectos sociológicos, fisiológicos e afetivos. Aspectos que iniciam na concepção do filho e se estendem por todo o seu

desenvolvimento. A forma como esta relação se dá, varia de mulher pra mulher, de cultura pra cultura, podendo também ser influenciado pela classe social onde mãe e filho estiverem inseridos (FREITAS, 2002). Neste artigo, trabalharemos com a noção de maternidade no que tange ao campo da maternagem, bem como naquilo que se refere sobre o desejo da mulher em ser mãe. Para isso, retomaremos aqui aos aspectos históricos dessa construção, criando uma linha de raciocínio que nos permita visualizar como este tema tem se estruturado nas diferentes épocas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Pensamos então, que maternagem relaciona-se com o investimento de cuidados e afetos daquele que cuida, para com o infante; gestar fisiologicamente um bebê é uma condição sempre física e nem sempre optativa, mas a maternagem é sempre uma escolha, um desejo de servir e cuidar por parte daquele que exerce essa função. Refiro-me aqui a função, uma vez que qualquer sujeito sendo ele do sexo feminino ou masculino está apto a exercê-la, colocando-se à disposição do outro fisicamente e mentalmente para receber as angustias, ou reconhecer a necessidade e oferecer algo que supra aquele imperativo, que contenha a angústia.

Segundo Dimenstein (1997), compreender a maternidade sem levar em conta as questões e representações sociais vigentes em cada época, é admitir que esta experiência se constitui fora da esfera social – o que não acontece. É preciso entender a maternidade como expressão humana, a qual se constitui a partir de relações sociais.

A autora Badinter (1986) estudou os processos de maternagem na Europa, especificamente na França, até meados do século XVIII, e em seu trabalho identificou a desvalorização dada à maternidade em toda a Idade Média e mesmo na antiguidade como relacionada à ênfase no poder paterno que acompanhava a autoridade marital.

O homem era percebido como superior à mulher e à criança, diferença essa concebida como inerente à natureza humana, que o dotaria, pois, de uma autoridade natural sobre a esposa e os filhos. Esse ponto de vista mudou a partir do momento em que se mudou a visão da sociedade sobre a criança, como veremos a seguir.

Enquanto Airés (1981) contribui afirmando que no século XVIII as crianças começaram a ser enviadas para as casas das amas de leite – responsáveis pelos cuidados de higiene, alimentação e educação, movimento este que se estendeu por toda a sociedade urbana vigente. A realidade demográfica da época, com altos índices de mortalidade infantil

associadas às doenças adquiridas através das amas de leite fez com que o estado voltasse sua atenção para esse fato – o qual respondia diretamente nas finanças do estado.

A verdade é que a criança, especialmente em fins do século XVIII, adquire um valor mercantil. Percebe-se que ela é, potencialmente, uma riqueza econômica. O ser humano converte-se numa provisão preciosa para um Estado, não só porque produz riquezas, mas também porque é uma garantia de seu poderio militar. Em consequência, toda perda humana passa a ser considerada um dano para o Estado, conforme aponta Badinter (1985, p. 159):

Ela (o infante) se transforma num investimento lucrativo para o Estado, que seria tolice e "imprevidência" negligenciar. Essa nova visão do ser humano em termos de mão-de-obra, lucro e riqueza, é a expressão do capitalismo nascente. (...) Se há príncipes cujo coração esteja fechado ao grito da natureza, se vãs homenagens lhes puderam fazer esquecer que seus súditos lhes são semelhantes...eles deveriam pelo menos observar que o homem é ao mesmo tempo o último termo e o instrumento de toda espécie de produto; e mesmo considerado apenas como um ser que tem um preço, é o mais precioso tesouro de um soberano.

Neste momento, percebe-se que a melhor maneira de diminuir os altos índices de mortalidade infantil era transferindo a responsabilidade de cuidar dos seus filhos, para as próprias mães. Badinter (1985) aponta que desde o fim do século XVIII, o Estado tomou iniciativas para ajudar as mães necessitadas. Alguns municípios recompensavam as mães que amamentavam, e com isso, criou-se por toda parte, sociedades de proteção materna, que vêm em ajuda das mães pobres que desejam amamentar o filho. Vejamos o que Levin (2005, p. 92) nos acrescenta sobre:

É a partir do século XIX e início do XX, quando acaba o sistema de amas de leite e a família moderna se organiza em torno da figura materna e das crianças que, como reis, um a um, herdaram seu trono como transmissão de uma linhagem, de uma filiação.

Articulando aos interesses econômicos do Estado, outro discurso proferido por médicos, moralistas, administradores e chefes de polícia reforçava a necessidade de a mulher ocupar-se com os filhos. Este discurso se baseava principalmente, no argumento de que essa seria a forma “natural” de cuidados com a criança e, por isso, a mais adequada; uma vez que só a mulher era capaz de gestar e parir, seriam, pois, concernentes apenas à “natureza feminina” a educação e os cuidados com a prole.

A autora Badinter (1985) explicita que o amor materno existiu ao longo dos tempos, mas a partir do século XVIII, houve uma exaltação em relação ao amor materno, sendo este instituído como um valor social e natural das mulheres. Surge a associação do “amor” com o

“materno”, que institucionaliza a mulher como mãe. A maternidade passa a adquirir outro sentido, além do cuidar do filho, coube a mulher também assegurar sua educação, pois a sociedade lhe atribui estas funções e institui como sendo da natureza da mãe, estes deveres. A isto, a autora diz:

O amor materno não é um sentimento inato, ele não faz parte intrínseca da natureza feminina: é um sentimento que se desenvolve ao sabor das variações socioeconômicas, e pode existir ou não, dependendo da época e das circunstâncias materiais que vivem as mães (BADINTER, 1985, P.1).

É apontado por Reis (2004) que é impossível entender o grupo familiar sem considerá-lo dentro da complexa trama social e histórica que o envolve. Ele coloca que a família não é algo natural e biológico, mas sim uma instituição criada pelos homens em relação, que se constitui de formas diferentes em situações e tempos diferentes, para responder às necessidades sociais. O autor argumenta:

Ao mesmo tempo em que sob, alguns aspectos, a família, mantém inalterada, apresenta uma gama de mudanças. Algumas correntes ideológicas compreendem a família como um sistema fechado, e que assim deve permanecer, pois se entende que esta deve permanecer inalterável e que a sociedade que a corrompe. Outras pensam o contrário: “[...] a instituição familiar deve ser combatida, pois representa um entrave ao desenvolvimento social; é algo exclusivamente nocivo, é o local onde as neuroses são fabricadas e onde se exerce mais implacável dominação sobre as crianças e as mulheres (REIS, 2004, p. 99).

Outro grande e importante fator que contribuiu para a mudança de visão frente à infância e à maternidade foi a ideologia capitalista, que dava seus primeiros passos naquela época, moldando o pensamento das mulheres acerca do casamento e da maternidade de acordo com seus interesses.

A escritora Kollontai (1982) afirma que essa forma de família patriarcal, na qual o homem é o responsável por trabalhar e sustentar a casa, e a mulher por cuidar da casa e educar os filhos, destrói-se progressivamente em todos os países onde impera o capitalismo, uma vez que uma das principais características desse modelo econômico é propiciar a difusão do trabalho assalariado da mulher, acarretando lucros e colaborando para a mudança na estrutura familiar da época, criando uma espécie de “mãe moral”. Vejamos o que a seguinte autora diz a esse respeito:

O papel da mulher no cuidado com os filhos tornou-se, no último século, tanto mais exclusivo quanto menor se tornava a determinação biológica para maternidade. Enquanto as taxas de natalidade caíam, a escolarização das crianças se tornava mais precoce e as mulheres mais presentes no mercado de trabalho (...) as mulheres burguesas deveriam agir ao mesmo tempo como educadoras e modelos morais para seus filhos, assim como alimentadoras e guias morais para seus maridos na sua volta do mundo de trabalho imoral e competitivo (CHODOROW, 1990, p.19).

Com o capitalismo, o salário do homem, que era considerado anteriormente o provedor e o amparo da família, vai se tornando insuficiente para o sustento familiar – devido às novas exigências de consumo - e conseqüentemente a mulher se vê obrigada a procurar um trabalho assalariado, que possibilite contribuir com o sustento da família. Com isso, a família monogâmica¹ patriarcal na qual a mulher era subjugada ao poder do homem vai se modificando devido às novas relações comerciais que obrigam a mulher vender sua força de trabalho e permitem promover sua autonomia financeira e intelectual.

A autora Méndez (2005) fala que o incremento da instrução escolar para a população feminina foi uma demanda da sociedade capitalista, ela afirma que para o capitalismo era necessário capacitar minimamente as mulheres da classe proletária para o desempenho das atividades profissionais. Ao mesmo tempo, aquelas pertencentes a classes mais elevadas passaram a ter acesso à leitura e à escrita, pois ser letrada constituía um atributo necessário à boa esposa e mãe de família. Os graus de instrução variavam de acordo com a classe social, mas, em meados do século XIX e princípios do século XX, até mesmo as operárias possuíam mais facilidades de acesso à alfabetização.

Especificamente, é no período da Revolução Industrial que se consolida a relação de família nuclear, baseada na afeição entre os parentes e na intimidade entre pais e filhos. Neste momento, a figura feminina é acentuada como “mulher-esposa” e “mulher-mãe”, sendo essa a sua principal função na sociedade, Rocha-Coutinho (2005, p. 123) acrescenta:

É somente com o advento da sociedade industrial que a temática da individualidade, da identidade pessoal, começa a se desenvolver, ao mesmo tempo em que os domínios público e privado se instalam, reestruturando tanto seus territórios como suas significações. Organiza-se, então, uma mudança radical nas prioridades de vida, em que começam a ser enfatizados o livre-arbítrio e a busca da felicidade pessoal (...) a mulher passa a ser a principal responsável pelo bem estar da criança e do esposo, e é importante intermediária entre o pai – cada vez mais ausente.

Para Lipovetsky (2000), a dinâmica dessa estrutura familiar e a relação da família nuclear exigia cuidados que preenchiam praticamente todos os horários da mulher-mãe,

¹ Monogamia para o dicionário Aurélio (2010) é a condição daquele que é monogâmico, ou seja, que tem um só parceiro. É uma forma de matrimônio que ocorre entre duas pessoas, sejam elas do mesmo sexo ou não.

tornando-a economicamente dependente do marido e psicologicamente dependente dos filhos; ainda que houvesse uma forte onda impulsionando as mulheres a buscarem um lugar no mercado de trabalho.

Segundo o referido autor, a mulher permaneceu ausente do mercado de trabalho até o início da Segunda Guerra Mundial, onde os homens saíam para assumir seus postos nos campos de batalha, deixando livres as vagas de empregos para serem preenchidas por elas – mão de obra disponível; no entanto, com o fim da guerra, as mulheres foram obrigadas a ocupar o que se entendia como seu lugar na esfera social: rainha do lar.

A sociedade contemporânea está inevitavelmente marcada por uma ascensão da mulher no mercado de trabalho e na vida intelectual, podendo ela decidir sobre os rumos da sua vida. A essa mulher, a mulher da contemporaneidade, Lipovetsky chama de Terceira Mulher, e é sobre os desdobramentos da relação desta com a maternidade que este artigo irá se debruçar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Articulações sobre a maternidade na teoria psicanalítica: uma retomada aos autores referência

Estando cientes sobre a influência das questões sócio-culturais de cada época sobre o que é ser mãe, buscaremos agora, contribuições psicanalíticas nos autores-referência sobre a constituição psíquica da mulher e sobre os processos que envolvem a maternidade, sendo eles a maternagem e função materna.

Trabalha-se aqui com o termo função e não pessoa, pois a função materna é uma operação fundamental na constituição do sujeito e não deve ser confundida como exclusiva do sujeito mulher. Os cuidados particularizados dirigidos ao bebê não exigem a presença da mãe biológica, pois o fato dela estar presente não garante o exercício daquela, ou seja, o exercício dessa função que pode ser realizada por outra figura (substituto parental), desde que haja investimento libidinal na criança.

Aqui, tomamos o termo função materna tal como Lacan a conceitua. Para ele, antes de 2seu nascimento, a criança já existe a partir das identificações vindas do Outro, atrelada que está ao desejo dos pais, sendo esse Outro o portador de um tesouro de significantes. A esse respeito Bernardino e Kupfer (2008, p. 672) esclarecem:

Por função materna, Lacan define o que faz uma mulher quando transmite ao seu bebê o significante, através das letras que imprime no seu corpo como marcas de desejo e que o insere na linguagem; quando olha seu bebê e reconhece-o como filho, dotando-o de uma imagem; quando não é toda presença nem toda ausência, mas se alterna simbolicamente para que seu filho a perceba faltante.

O conceito de maternagem também é aqui abordado tal qual como Winnicott (2000) a descreveu; como a forma de uma mãe cuidar de seu bebê de maneira boa, protetora. Para ele, são os bons cuidados que incluem o amparo às necessidades fisiológicas e todo investimento de desejo, de amor, de aconchego. Na maternagem, a mãe passa ao seu bebê os limites e a proteção, dando possibilidades a ele de sobrevivência com o mínimo possível de desconforto frente ao ambiente fora do útero.

Entretanto, para uma maternagem suficientemente boa, é preciso haver a “falta”, isso significa que mãe não deve ser “toda completa”, sua presença não se faz necessária de forma ininterrupta, ou seja; para a mãe desenvolver essa qualidade, ela precisa se perceber e se fazer faltante, viabilizando a entrada do bebê no simbólico e fazendo-o existir como sujeito, a alternância presença-ausência evidencia as ações maternas que precisam ser realizadas de forma alternada, presente e ausente. Consiste em que a mãe não responda aos apelos do bebê somente com presença ou somente com ausência, mas crie uma alternância, não apenas corporal, mas acima de tudo simbólica.

Diante da demanda da criança e ação específica realizada pela mãe, deverá haver um intervalo onde poderá surgir resposta da criança, suporte para as respostas ou demandas futuras. Neste sentido, a maternagem pode vir a atuar como fator estruturante, uma vez que a mãe deve existir como sujeito dividido, barrada por sua própria castração. Retornaremos a estes pontos mais adiante.

A autora Zucchi (2012) diz que estudar os processos que envolvem a maternidade através da psicanálise implica fazê-lo mediante o recorte específico com que esta compreende o vivido humano, como experiências cuja realidade é centralmente psíquica, essencialmente simbólica. O feminino entra na psicanálise desde os primórdios, como campo de enigmas, equívocos e muita fecundidade teórica.

A referida autora acrescenta que a maternidade tem sido abordada sobre dois pontos: como manifestação do desejo inconsciente de um sujeito mulher ou como função relativa à constituição simbólica da subjetividade (do filho). Para ela, a menina não ingressará no percurso tortuoso da identificação à feminilidade caso não abandone a mãe como objeto, e isto só se dará se prevalecer, em relação à mãe, a vertente rivalitória do seu amor infantil. Este

é o caminho, segundo a autora, para que a menina possa se tornar mulher e provavelmente, mãe.

A socióloga Nancy Chodorow (1978) explicita as bases biológicas da maternidade e os fundamentos sócio antropológicos que justificam essas bases que, por sua vez, estabelecem uma estrutura assimétrica de papéis de homens e mulheres na família. Como a identificação de um gênero se dá pela aprendizagem, Chodorow demonstra, dentro de uma perspectiva psicanalítica, como a capacidade e a habilidade da mulher para a maternidade são bastante expandidas e fortemente internalizadas, e assim construídas no desenvolvimento da estrutura psíquica da mulher.

O psicanalista Freud, na conferência XXIII (1934) nos questiona sobre a principal distinção acerca da diferença entre homem e mulher, pontua que a ciência anatômica incube-se da certeza de que o espermatozóide, e seu veículo são masculinos; o óvulo e o organismo que o abriga são femininos. No entanto; diz ele, a ciência também chama atenção para o fato de que partes do aparelho sexual masculino também aparecem no corpo da mulher, ainda que em estado atrofiado, e vice-versa. Nesta ocasião, o referido autor acrescenta que aquilo que constitui a masculinidade ou a feminilidade é uma característica desconhecida que foge do alcance da anatomia.

Dizer que uma pessoa, seja homem ou mulher, se comporta de modo masculino – ativo- numa situação e de modo feminino – passivo-, em outra, é ceder à anatomia e convenções, além de que se reduzem as características de masculinidade ao fator agressividade, no que se refere à psicologia. Neste sentido, o que seria uma mulher? Freud (1966, p. 117) acrescenta:

De acordo com sua natureza peculiar, a psicanálise não tenta descrever o que é a mulher - seria esta uma tarefa difícil de cumprir -, mas se empenha em indagar como é que a mulher se forma, como a mulher se desenvolve desde a criança dotada de disposição bissexual (Freud, 1966, p. 117).

Em seus três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905), Freud apresentou uma grande novidade ao afirmar a existência da sexualidade infantil e ao formular o conceito de pulsão. Isto causou muita polêmica na época por retirar as crianças do universo de ingenuidade sexual, introduzindo, assim, a ideia de que pulsão sexual estaria presente desde sempre no corpo infantil, e se manteria por meio das atividades auto eróticas, perverso-polimorfos nas diversas zonas erógenas do infante.

A sexualidade das crianças é concebida como sendo uma atividade auto erótica, idêntica em ambos os sexos, possuindo um caráter inteiramente masculino, o que significa que não haveria nenhuma diferença sexual na infância. Sob essa vertente, considerou a menina um homenzinho em suas atividades auto eróticas (FREUD, 1905).

O ponto de vista no qual a função materna comparece no conjunto de operações psíquicas que respondem pela origem do sujeito, foi a que Freud abordou preferencialmente a questão da maternidade. Para Abraham (1970), é através do complexo de Édipo que o sujeito se reconhece como homem ou como mulher, e pode fazer vínculos de natureza sexual e social.

Os fundamentos sobre os quais Freud constrói a teoria edípica, segundo Zucchi (2012) são: a bissexualidade constitucional, a falta de um demarcador psíquico quanto à diferença sexual, e a necessidade de orientação do sujeito na ordem transgeracional. Estaria assim em jogo no complexo de Édipo, investimentos e desinvestimentos libidinais, entre a criança e um dos pais/representantes, acompanhado de identificações ao outro elemento do par parental. Freud em seu artigo sobre a sexualidade feminina (1931, p. 203) nos ensina o seguinte:

Na fase do complexo de Édipo normal vemos a criança ligada afetivamente ao genitor do sexo oposto, enquanto na relação com o de mesmo sexo predomina a hostilidade (...) na menina, quando a ligação com o pai era particularmente intensa, a análise mostrou que tinha havido antes uma fase de exclusiva ligação com a mãe, igualmente intensa e apaixonada. Excetuando a mudança de objeto, a segunda fase praticamente não acrescentou nenhum novo traço à vida amorosa. A relação primária com a mãe fora desenvolvida de maneira bastante rica e variada. O segundo fato me ensinou que também a duração desse vínculo com a mãe fora bastante subestimado. Em muitos casos ele ia até os quatro, em um deles até os cinco anos de idade, ou seja, cobria a maior parte do primeiro florescimento sexual. Então foi necessário admitir a possibilidade de que um certo número de mulheres se detém na original ligação com a mãe e jamais se volta realmente para o homem.

O complexo de Édipo é a “experiência central dos anos da infância, o maior problema do início da vida e a fonte mais intensa de inadequação posterior” (FREUD, 1940, p. 205). Toda criança está destinada a passar por ele, uma vez que ele decorre inevitavelmente do fato dela ser cuidada por um adulto, que participa ativamente desse processo. Sobre a importância dos pais no ‘despertar’ do Complexo de Édipo nos diz Freud: “(...) os próprios pais frequentemente exercem uma influência decisiva no despertar da atitude edípica da criança, ao cederem ao empuxo da atração sexual (...) onde houver várias crianças, o pai dará definidas provas de sua maior afeição por sua filhinha e a mãe por seu filho” (FREUD, 1917, p. 337).

Ao descrever o Complexo de Édipo, Freud, inicialmente supõe uma equivalência desse fenômeno nos meninos e nas meninas. Assim, o menino escolhe sua mãe como objeto e

seu pai é tido como ‘entrave’ nessa relação. Com as meninas, o processo é o mesmo: interesse pelo sexo oposto e ódio pelo mesmo sexo. Seu objeto de amor é o pai e há uma necessidade de eliminar a mãe, por julgá-la sua rival.

No complexo de Édipo do menino, o sujeito mantém a sua mãe como objeto de amor, já que essa satisfaz todas as necessidades da criança. Por outro lado, o pai surge como um ‘entrave’ nessa relação já que há um interesse desse pai para com a mãe e vice-versa. Ele tem o pai como rival e quer se ver livre dele, tomando o seu lugar. O modo como se manifesta esse desejo do menino por sua mãe vai variar; ele pode de fato verbalizar seu sentimento e sua vontade de tê-la só para ele ou agir de forma que demonstre “a natureza erótica de sua ligação com a mãe” (FREUD, 1917, p. 336), ao pedir para dormir com ela, ao observá-la trocando de roupa, etc.

Nas meninas, o complexo de Édipo levanta um problema a mais. Em ambos os casos, a mãe é o objeto original, e não nos surpreende que os meninos retenham esse objeto. A grande pergunta a qual Freud se questiona é como as meninas o abandonam, e em substituição tomem o pai como objeto? (FREUD, 1925, p. 280).

No artigo de Freud intitulado “A Dissolução do Complexo de Édipo” (1924), ele trata da função da castração na dissolução do complexo de Édipo e a permanência dos seus traços através da estrutura superegóica. Para a menina, a castração seria inadmissível e a ausência e um temor e prevalência de uma inveja responderiam por certa fragilidade do superego feminino. Freud vai dizer que o complexo de castração nas meninas é mais uniforme e não menos profundo. A menina não tem medo de ‘perder’ o pênis – temor da castração -, e sim inveja por não ter recebido um. Pode-se dizer que todo o seu desenvolvimento se realiza a sombra da inveja do pênis.

Estando assim excluído, na menina, o temor da castração, cai também um motivo poderoso para o estabelecimento de um superego e para a interrupção da organização genital infantil (...) seu complexo de Édipo culmina em um desejo, mantido por muito tempo, de receber do pai um bebê como presente – dar-lhe um filho (FREUD 1924, pp. 198).

Neste sentido, quanto ao desejo de um filho pela mulher, na perspectiva freudiana, ele é um desejo essencialmente fálico. Portanto, determina Freud, no interior deste quadro de ódio à mãe, três destinos se abrem para a sexualidade feminina: a inibição neurótica, a masculinização e a reversão da libido para o pai com o concomitante desejo de receber filhos dele.

A inibição neurótica seria o abandono de toda atividade sexual caso o sentimento de inferioridade fálica fosse percebida como irreparável; a intensificação da masculinidade poderia se configurar de duas formas: na manutenção da suposição de posse de um órgão fálico ou na expectativa de recebimento desse órgão. Por último, a reversão da libido ingressa a menina no complexo de Édipo, fazendo-a atingir a atitude feminina normal (FREUD, 1974). Em algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos, Freud (1925, p. 284) diz o seguinte:

A libido da menina desliza para uma nova posição ao longo da linha – não há outra maneira de exprimi-lo – da equação pênis-criança. Ela abandona seu desejo de um pênis e coloca em seu lugar o desejo de um filho; com esse fim em vista, toma o pai como objeto de amor. A mãe torna-se o objeto de seu ciúme. A menina transformou-se em uma pequena mulher.

Sintetizemos as transformações da imagem materna para as meninas: inicialmente a mãe é objeto de todo investimento libidinal, trata-se de uma mãe fálica cujo falo, no caso, é a própria menina. A criança vive os cuidados maternos como estímulos sexuais, o que dá à mãe o papel de sedutora, e esta passa a ocupar o lugar de objeto das fantasias sexuais da filha. Sendo em geral a própria mãe que limita a prática masturbatória da criança, ela (a mãe) acaba por assumir um valor contraditório: simultaneamente sedutora e proibidora.

Enquanto a relação edípica de Freud é triádica e depende da entrada do pai na relação mãe-bebê para o surgimento deste como sujeito – rompendo a simbiose com a mãe-, Lacan nos diz no Seminário 4 (1956-57), que essa relação é sempre faltante e introduz o falo como um elemento presente desde o começo, dando um estatuto simbólico ao pênis e colocando-o como o próprio falo, algo ao qual é atribuído valor, mas que de fato ninguém tem.

Vale ressaltar, como coloca Dor (1991), que a concepção de pai na psicanálise difere da referência de paternidade intitulado pelo senso comum. A função paterna corresponde a um lugar que foi nomeado pela mãe, lugar este investido de poder legítimo e que proporciona uma intervenção estruturante. O pai quebra a simbiose existente entre mãe e filho e se apresenta como a lei para a criança. A função paterna, como afirma Araújo (2006), é fundamental no processo de formação do Superego, pois possibilita à criança a interiorização de uma série de regras que são essenciais para sua vida social. Uma vez que é o representante da lei, o pai é o maior responsável por esse processo.

O psicanalista francês, Lacan (1955), nos ensina sobre os três tempos do Édipo. Para ele, durante o primeiro tempo, o predominante é a relação fusional entre a criança e a mãe, onde o sujeito identifica-se como o objeto de desejo da mãe. Assim, basta-lhe ser o falo e a

mãe supre tudo para a criança. Mãe e criança formam um todo, no qual o pai vai atuar no sentido de separar. A instância paterna está velada, mas o pai já existe no mundo, uma vez que aí reina a lei do símbolo, diz Lacan (1957).

Com o surgimento da dialética de ser ou não ser o falo da mãe é anunciada a entrada no segundo tempo do Édipo, no qual a presença paterna se faz sentir, com a intrusão do genitor na célula narcísica. Este tempo é fundamental para a entrada da dimensão simbólica na vida da criança, através da lei do pai, a qual eleva o pai à dignidade de pai simbólico. O pai é aquele que priva. O que retorna à criança é a lei do pai, imaginariamente concebida como privador da mãe. O genitor então se mostra como um suposto portador do falo, objeto do desejo da mãe, colocando a criança na dialética de ter ou não ter o falo. O terceiro e último tempo anuncia o declínio do Édipo, onde o pai precisa comprovar sua posse do falo e sua lei é percebida de maneira simbólica. O pai deve, pois, sustentar a promessa fálica, para que a criança possa assumir sua escolha sexuada. O falo é reinstaurado como objeto do desejo materno, não se reduzindo a um objeto do qual o pai possa privar. A isto Lacan (1955-1956, p. 110-114) nos acrescenta:

O complexo de Édipo quer dizer que a relação imaginária, conflituosa, incestuosa nela mesma, está destinada ao conflito e à ruína (...) é preciso aí uma lei, uma cadeia, uma ordem simbólica, uma intervenção da ordem da palavra, isto é, do pai. Não o pai natural, mas do que se chama o pai. A ordem que impede a colisão e o rebotar da situação no conjunto está fundada na existência desse nome do pai. (...) Essa Lei fundamental é simplesmente uma Lei de simbolização. É o que o Édipo quer dizer.

O falo, neste caso, circula no discurso. Quanto a isso, Lacan nos esclarece em seu seminário sobre a significação do falo. Vejamos:

O falo é um significante, um significante cuja função, na economia intra-subjetiva da análise, levanta, quem sabe, o véu daquela que se mantinha envolta em mistérios. Pois ele é o significante designado a designar, em seu conjunto, os efeitos de significado, na medida em que o significante os condiciona por sua presença de significante (LACAN, 1958, pp 697).

Em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose”, publicado nos Escritos, Lacan (1958) formula que a mãe funciona, em um primeiro tempo, como um desejo sem lei – escrito por ele como DM – articulado ao significante Nome-do- Pai. Ele enfatiza que é necessário o lugar reservado pela mãe ao Nome-do-Pai, que é importante o modo pelo qual a mãe leva em conta a autoridade e a palavra do pai.

Para Lacan, o pai e a mãe são dois significantes, e vai haver uma operação de substituição do significante do desejo da mãe pelo Nome-do-Pai. Ao falo, é atribuído o significado enigmático do desejo da mãe. É introduzida uma distância entre o objeto de desejo, o falo, e a criança, distância que significa que o falo não recobre totalmente a criança. O desejo da mãe como mulher excede o filho, fazendo retorno na criança como enigma do desejo do Outro.

A metáfora paterna tem a função de dividir o desejo materno, ou seja, fazer com que a criança não seja tudo para a mãe, fazendo-se necessário à mãe encontrar o significante de seu desejo no corpo de um homem. Como consequência da metáfora paterna, surge a metáfora infantil do falo (MILLER, 1997), ou seja, a equivalência entre a criança e o falo, que diz respeito à formulação freudiana de que o desejo de pênis pode ser satisfeito pela substituição do desejo de um filho. Esta metáfora só será bem-sucedida se for preservado o não-tudo do desejo feminino, se o ser da criança não recobrir o desejo da mulher.

Nos primeiros tempos de vida, a criança, seja ela do sexo feminino ou masculino, ao constituir-se como sujeito, sofre uma alienação primordial, por estar submetida ao desejo materno. Ela é o falo materno (ilusoriamente, é claro) aquilo que falta à mãe e que a preenche. Essa alienação é necessária por ser estruturante para a criança (porque a mãe investe libidinalmente na criança, fundando o narcisismo primário), mas tem que ser rompida pelo ingresso de um terceiro, geralmente o pai, que cumpre a tão necessária função paterna, separando a criança da mãe, interditando o incesto, evitando que a criança fique refém do desejo materno, com todas as implicações que isto possa ter.

As funções materna e paterna correspondem às operações fundamentais da alienação e da separação, fundadoras do psiquismo de que nos fala Lacan. (CULLERE-CRESPIN, 2004, p. 30).

Portanto, pensamos a função materna enquanto estruturante e para que seja assim, supõe-se uma mãe, sujeito dividido, barrado pela própria castração, uma vez que a lei paterna também já se fez atuar sobre ela. Essa mãe, enquanto outro primordial do bebê, participará diretamente da armação da estrutura psíquica dele, ocupando a função materna e, num movimento de antecipação, irá, a partir de sinais que o corpo do bebê lhe envia, interpretar o organismo do infans, dando-lhe sentido e intenções.

A constituição do sujeito é um processo de entrada no campo da linguagem, por aquele que, ao nascer, encontra-se inserido no campo da linguagem pela anterioridade do Outro. Isto se sustenta pela afirmativa de Lacan (1964, p. 193): “[...] o inconsciente é

estruturado como uma linguagem”. Tal processo ocorre com o advento do sujeito através das operações de alienação e separação, que se articulam na relação do sujeito com o Outro.

A autora Jerusalinsky (2004) faz uso do Seminário XVII de Lacan, onde ele diz que a posição da mãe é a do desejo. Por isso, desejar a mãe é desejar o desejo da mãe, já que ela não é outra coisa que seu desejo. O autor pontua que Lacan diferencia mulher de mãe, ele sublinha que a mulher é mais coisa de que seu desejo, mas que a mãe não é mais que seu desejo.

Sendo assim, a representação do filho-falo para os genitores tem sentidos diferentes, e estas significações estão relacionadas à posição subjetiva ocupada pelo homem e pela mulher na linguagem, à sua resposta diante da falta. Freud (1914), ao discutir o amor e os tipos de escolha objetal, refere ser o filho para a mulher, fonte de amor objetal completo (p.106), ou seja, o filho na condição de falo é para o desejo feminino a possibilidade de satisfação amorosa plena.

Às vezes, se escolhe ser mãe devido a razões perversas de caráter inconsciente. “A mulher saberia que, ao atingir a maternidade, ela estaria adquirindo, de modo automático, o papel de amo, daquele que está no comando, que tem o controle total do outro ser que tem que se submeter não só emocionalmente como biologicamente às exigências da mãe, não importando o quanto inapropriado possam chegar a ser” (WELLDON, 1988).

O papel da mãe é o desejo da mãe. É capital. O desejo da mãe não é algo que se possa suportar assim, em definitivo, que lhes seja indiferente. Sempre acarreta estragos. Um grande crocodilo em cuja boca vocês estão - a mãe é isto. Não se sabe o que lhe pode dar na telha, de estalo fechar sua boca. O desejo da mãe é isto. Há um rolo de pedra que lá está em potência, no nível da boca, e isso retém, isso emperra. É o que se chama falo. É o rolo que os põe a salvo se, de repente, aquilo se fecha. (LACAN, 1999, p.105)

A já citada autora Jerusalinsky (2004) pontua que aquilo que impede ou pode impedir que sua boca se feche é o “pau de pedra” que chamamos falo. Ele diz que a mãe (e a mulher) não tem nenhuma relação pacífica com esse falo, pois impedir que a boca se feche é impedir seu mais gozar. Por que uma mãe ama seu filho acima de todas as coisas? O referido autor diz que por uma razão muito simples: ele é um banco de mais gozar, onde ela sempre vai em busca de uma fonte. Lacan diz:

É através disso que a demanda anula a particularidade de tudo aquilo que pode ser concedido, transmutando-o em prova de amor, e as próprias satisfações que ela obtém para a necessidade degradam-se em nada menos do que o esmagamento da demanda de amor (...) ao incondicionado da demanda, o desejo vem substituir a condição “absoluta: condição que deslinda, com efeito, o que a prova de amor tem de rebelde à satisfação de uma necessidade (LACAN, 1958, pp. 698).

Pelo exposto, podemos afirmar que a Psicanálise se demarca eficientemente como uma ferramenta de reflexão, entendimento e questionamento dos fenômenos humanos, na modernidade – época em que surgiu – e também nos tempos atuais. Freud em “Perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica” (1910), questionando-se sobre o futuro da Psicanálise, aponta para a necessidade de avanços, tanto no campo teórico, como no da técnica, marcando a importância do trabalho contínuo e da visão de que a Psicanálise jamais estará acabada, demandando, portanto, constantes revisões e reformulações, de modo a não se tornar uma ciência estanque.

4 CONCLUSÕES FINAIS

4.1 Reflexões sobre os destinos da maternidade na contemporaneidade

Freud, com sua visão pioneira, discutiu as incidências sociais de sua época na psique dos sujeitos, no começo de “Psicologia das massas e análise do eu”, Freud ((1921/1996, p. 81) declara:

O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado de perto. É verdade que a psicologia individual se relaciona com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos instintuais; contudo, apenas raras vezes (...) se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado, mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social.

Assim, torna-se claro que o indivíduo não existe fora do campo social. O sujeito humano é um sujeito social. Não são senão os outros (em particular, os pais ou os primeiros educadores) que podem reconhecê-lo enquanto totalidade, da qual eles falam, e que acede a seu primeiro regozijo de existir no momento do “Estágio do espelho” (Lacan, 1949/1998) e como portador de desejos que podem assegurar-lhe seu lugar na dinâmica social — lugar que ele deverá investir narcisicamente a fim de continuar a tradição ou de combatê-la.

Por meio de um movimento temporal heterogêneo e descontínuo, um conjunto de papéis sociais é atribuído às mulheres contemporâneas, levando-as a elaborar novos saberes sobre si e sobre o outro, considerados como “verdades” necessárias para se firmar uma identidade feminina pós-moderna.

O autor Lipovetsky (2000) fala que o processo de identificação da mulher, na contemporaneidade, está definitivamente atravessado pelo valor do trabalho. Uma vez que as prioridades femininas estão focadas na profissionalização, a maternidade vai sendo posta para um segundo momento de suas vidas, posterior às conquistas no mercado de trabalho remunerado.

No presente, as jovens querem obter diplomas tendo em vista uma carreira; a grande maioria das mulheres vê na atividade assalariada uma condição necessária ao sucesso de sua vida (...) o que domina nossa época é o investimento feminino na vida profissional, e a rejeição correlativa de uma identidade apoiada exclusivamente nos papéis domésticos (LIPOVETSKY, 2000, p. 225).

Para o referido autor, a principal diferença que os tempos atuais trouxeram para a vida da mulher contemporânea, foi o trabalho como um valor de constituição da identidade. Através dele, as mulheres podem construir-se socialmente, da mesma forma como em épocas anteriores, onde a mulher firmou sua representação com esposa e mãe. Sobre o trabalho como constituinte do sujeito, ele acrescenta:

A atividade feminina adquiriu direito de cidadania, é agora um valor e uma inspiração legítima, a condição normal da existência feminina. É a recusa de uma identidade construída exclusivamente pelas funções de mãe e de esposa que caracteriza a condição feminina pós-moderna (LIPOVETSKY, 2000, p.220).

A socióloga Chodorow (1978) defende que a reprodução da maternidade no mundo contemporâneo se dá através de processos psicológicos induzidos social e estruturalmente. Chodorow demonstra dentro de uma perspectiva psicanalítica, como a capacidade e a habilidade da mulher para a maternidade são fortemente internalizadas, e assim construídas no desenvolvimento da estrutura psíquica da mulher:

Como todas as crianças se identificam primeiro com a mãe, o gênero de uma menina e os processos de identificação da função do gênero são contínuos com as suas mais primitivas identificações (...). A identificação edípica da menina com sua mãe, por exemplo, é contínua com a sua mais primitiva identificação primária. (CHODOROW, 1978/2000, p. 218).

O ideal de uma maternidade como opcional para a mulher, implica numa ruptura com as aspirações fundadas em ideais arcaicos de dedicação materna exclusiva e de obrigação da maternidade. É a singularidade desse desejo que legitima a releitura do exercício da função materna, hoje tendo de ser harmonizada com as mudanças dos papéis femininos.

Para Grant (2006), a mudança ocorrida com a entrada da mulher no mercado de trabalho, a conquista sobre poder decidir o momento certo de procriar, ou de não fazê-lo, fazendo uso de métodos anticoncepcionais, o próprio divórcio e a possibilidade de estabelecer novas parcerias amorosas, dinamizaram a inscrição da mulher no campo social. Neste contexto, pode-se dizer que está havendo uma reinvenção, onde a mulher assume novos papéis e novos desafios.

Os autores Wagner et al. (2005) traz que na família contemporânea quer o casal tenha filhos ou não, cada vez mais se confundem os papéis do homem e da mulher na vida conjugal. Em contraponto à estrutura familiar tradicional, o que vem ocorrendo na maioria das famílias é um processo de transição, no qual pai e mãe compartilham tarefas referentes ao lar. Os papéis de homens e mulheres já não se vinculam mais à identidade sexual e sim à condição humana e suas circunstâncias; ser homem e ser mulher não define por si só os papéis para o exercício de papéis conjugais, complementa (OSÓRIO, 2002).

A família de hoje se diferencia em um aspecto fundamental da família de ontem: ela é fruto de uma era onde o laço social é horizontal, enquanto, na anterior, era vertical – patriarcal. Forbes (2012) trata o sujeito do século XXI como um ser “desbussolado” / “não pai-orientado”, como efeito da mudança de eixo das identidades. Essa mudança progride no sentido de apagar os restos das marcas da tradição que estruturavam o laço social: a diferença geracional e a diferença sexual, que regulavam o uso do corpo e dos prazeres na ética de épocas anteriores. Na sociedade globalizada, a estruturação dos laços sociais não se dá da mesma forma que anteriormente, Freud criou a psicanálise em uma época em que o laço social era ordenado pela figura do pai idealizado, e a sociedade estabelecia padrões claros e rígidos de comportamento. (FORBES 2012, p. XXIV) acrescenta:

O Édipo já não funciona como bússola (...) como resultado desse discurso, no lugar do significante mestre, do “um”, temos um mundo onde os semblantes são múltiplos. Então é preciso ir além do pai, ir além do Édipo é ir além da significação metafórica, em direção à multiplicidade pulsional.

Falamos então, neste caso, das ambivalências da maternidade; chamando atenção exatamente para a questão da pluralidade que permeia a questão. “O desejo de ter filhos não é constante nem universal. Algumas desejam-nos, outras já não os querem, outras nunca os quiseram. Desde que se tenham escolha, existe uma diversidade de opções e já não é possível falar-se de instinto ou de desejo universal” (BADINTER, 2010). Sobre o poder da escolha, (FORBES 2012, p. XXXI) alerta-nos:

Se antes o mal-estar localizava-se na impossibilidade da realização, hoje ele se manifesta na angústia da escolha. Quanto mais aumenta o risco da escolha, maior a angústia.

É esclarecido por Borsa (2008), que para a mulher contemporânea, trabalhar e ser uma profissional bem sucedida é somar responsabilidades, e mais do que isto é, frequentemente, suportar certa medida de conflitos e culpa.

De acordo com Papalia, Olds e Feldman (2006) a profissionalização feminina não implica na renúncia de um casamento ou maternidade. As exigências sobre as mulheres são bem maiores do que as dos homens, pois tem que se dedicar à criação dos filhos e educação dos filhos e simultaneamente a isso deve cumprir fora de casa os horários exigidos pelo emprego, igualmente ao homem. Qualquer falha ao tentar conciliar todas essas tarefas acaba gerando uma culpa na mulher frente ao marido, aos filhos, etc. Reprovando-se a si mesma por não ter rendido como deveria, gerando sentimentos de incompetência e culpa.

Percebe-se nesse contexto, que a responsabilidade da mulher com relação ao cuidado dos filhos e, por extensão, da casa, ainda é bastante reforçada. Apesar de sentir-se mais responsável pelo cuidado com a casa e os filhos, a mulher de hoje, diferente da mulher de décadas passadas, deseja ser uma profissional bem sucedida, ao mesmo tempo em que algumas desejam também ser mães, ela procura novas formas de construir sua identidade e não pretende abrir mão do contexto profissional.

A autora Rocha-Coutinho (2005) diz que a sociedade ainda continua a reforçar o papel da mulher como a principal responsável pela criação dos filhos, cobrando-lhe uma dedicação que já não pode dar, atribuindo a ela um sentimento de culpa por ter acumulado funções.

As delegações e pressões atuais sobre as mulheres, por vezes, fazem com que elas vivenciem a maternidade como uma culpa antecipada e assumam seu papel – ser mãe, ou não – com um enorme grau de ansiedade.

Porém, como visto nestas linhas; até que ponto o desejo de um filho envolve o objeto-criança? Nem sempre o desejo de ser mãe é o desejo de criar um filho. Com as modificações que ocorreram no papel e no valor social da mulher, muitas delas conseguiram deslocar a feminilidade da maternidade (mesmo que colocando um ideal, como a carreira profissional, no lugar do filho – saída cogitada por Freud no texto sobre narcisismo-).

Também há mulheres que prescindem de uma ligação com um pai e partem para a maternidade em produção independente; e o discurso, invariavelmente, passa pelo ser pai e

mãe para a criança, o que vem marcado pelo sabor de “ser tudo”, sem dar ao filho o estatuto de pessoa, mas sim de posse.

Há aquelas ainda, que apesar de manterem seus parceiros, se submetem a toda sorte de intervenções, sacrificando, muitas vezes, o corpo feminino, como se este nada contasse, a não ser pela possibilidade de gestar outro como a única chance de valor e completude; após a consecução de seu objetivo, se aprisionam na função de mãe, em detrimento da função feminina, constitutiva da mulher-mãe.

O fato é que a mulher descobriu outras realizações possíveis para si, que não só a de reprodutora. Isto lhe abriu o caminho para novos destinos pulsionais e novos objetos foram investidos. A mulher passou a assumir cargos antes inimagináveis, ela adentrou no mercado de trabalho, tornou-se dona do seu destino e da sua própria história. Pôde decidir. Decidir se vai casar, estudar, ter filhos e a quem amar. Novas configurações familiares surgem nesse campo de subjetividades em movimento.

Hoje a maternidade deixou de ser um destino necessário, visto que ser mãe não é mais a única forma de legitimação social e subjetiva da existência de uma mulher, e tornou-se uma questão de desejo, cujo sentido está ligado à sua própria realização pessoal.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, K. Breve estudo do desenvolvimento da libido, visto à luz das perturbações mentais. In: **Teoria Psicanalítica da Libido: sobre o caráter e o desenvolvimento da libido**. Rio de Janeiro: Imago, 1970.
- ARAÚJO, S. M. B. **Pai aproxima de mim esse cálice: significações de Juízes e Promotores sobre a Função Paterna no contexto da Justiça**. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.
- ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BADINTER, E. **Um Amor Conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BORSA, J. **O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão**. Disponível em: psicologia.com.pt. Acesso em: 19 dez. 2015.
- CHODOROW, N. **Psicanálise da Maternidade: Uma Crítica a Freud a Partir da Mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.
- DIMENSTEIN, M. Representações sociais da maternidade de pacientes e terapeutas: Questões para a prática da Psicologia nos Serviços Públicos de Saúde de Teresina-PI. Seção 5. In: ZANELLA, A. V. *et al.* **Psicologia e Práticas Sociais**. Porto Alegre: Abraposul, 1997.

DOR, J. **O pai e sua função em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010, p. 2222.

FREITAS, R. D. C. Família e violência: Reflexões sobre as mães de Acari. **Psicologia USP**, v. 13, n. 2, São Paulo, 2002.

BERNARDINO, L. M. F. A abordagem psicanalítica do desenvolvimento infantil e suas vicissitudes. In: **O que a Psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição**. São Paulo: Escuta, 2006.

BERNARDINO, L. M. F.; KUPFER, M. C. M. A criança como mestre do gozo da família atual: desdobramentos da 'pesquisa de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil'. **Rev. Mal-Estar Subj.** v. 8, n. 3, Fortaleza, set. 2008.

CHODOROW, N. **Psicanálise e Maternidade**: uma crítica a Freud a partir da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1978.

CULLERE-CRESPIN, G. **A clínica precoce**: o nascimento do humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FREUD, S. Luto e melancolia. In: FREUD, S. **Obras Completas de Sigmund Freud**. Buenos Aires: Amorrortu, 1985, v. XIV.

_____. Carta 105. In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v. 1.

_____. Fragmento da Análise de um Caso de Histeria. In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v. 7.

_____. Um Tipo Especial de Escolha Feita Pelos Homens. In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v. 11.

_____. Sobre o narcisismo: Uma introdução. In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1914, v. 14.

_____. O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais. In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1916, v. 16.

_____. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v. 19.

_____. A dissolução do complexo de Édipo. In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v. 19.

_____. A organização genital infantil. In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974, p. 177-184, v. 19.

_____. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise: Conferência XXXIII. In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1933, v. 22.

_____. Três ensaios sobre a sexualidade. In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1972, v. 22.

_____. Sexualidade feminina. In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1931, v. 21.

_____. Um exemplo de trabalho psicanalítico. In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v. 23.

_____. Perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica. In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. 24.

FORBES, J. **Inconsciente e Responsabilidade**. Barueri: Manole, 2012.

JERUSALINSKY, A. N. **Psicanálise e desenvolvimento infantil**. 3 ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

GOMEZ, G. Q. A maternidade como enigma: Atenas, as Luzes e Freud. In: Physis: **Revista de Saúde Coletiva**. v. 10 n. 2. Rio de Janeiro: jul./dez., 2000.

KOLLONTAI, A. A Família e o Estado Socialista. In: **A Crise da Família: marxismo e revolução sexual**. São Paulo: Global, 1982.

LACAN, J. **O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. A significação do falo. In: **Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 261-274.

_____. **De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose**. In **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 537-90.

_____. **O Seminário, livro 4: A relação de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. (Trabalho original proferido em 1956-57).

_____. **O Seminário, livro 3: As psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. **O seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.) **Corpo, Gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

LOPARIC, Z. De Freud a Winnicott: aspectos de uma mudança paradigmática. **Revista de Filosofia e Psicanálise Natureza humana**, n. 8 (Especial 1), 2006, p. 21-47.

LEVIN, E. Cenas e cenários no ato de amamentar. In: SALES, L. (org.). **Pra que essa boca tão grande? Questões acerca da oralidade**. Salvador: Ágalma, 2005.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MALDONADO. M. T. P. **Psicologia da gravidez, parto e puerpério**. Petrópolis: Vozes, 1980.

MÉNDEZ, N. P. **Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre (1975-1982)**. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2004.

MILLER, J. A. **Lacan elucidado**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1997.

OSÓRIO, L. C. **Casais e famílias**: uma visão contemporânea. Porto Alegre: Artmed, 2002.

HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 99-124.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Variações sobre um antigo tema. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal**: efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: PUC- Rio, 2005, p. 122-127.

TORRES, T. M. L. (Org.). **Misoginia**: interdição e preconceito contra a mulher na Antiguidade Clássica e na Renascença inglesa. Engenheiro Coelho: UNASPRESS, 2012, p. 67-83.

PAPALIA, D.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SOIFER, R. **Psicologia da gravidez, parto e puerpério**. Porto Alegre: Artmed, 1992.

ZUCCHI, M. A. **Estranhas Entranhas**: Psicanálise e Depressão na Gravidez. FIOCRUZ, 2000.

WAGNER, A. *et al.* Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, v. 21, n. 2, mai./ago., 2005, p. 181-186.

WELLDON, E. V. **Mother, Madonna, Whore**: The Idealization and Denigration of Motherhood. Free Association Books. Guilford Press American, 1988.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. da. (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.

WINNICOTT, D. W. A preocupação materna primária. In: WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise**: obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p. 399-405.

_____. O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In: **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

LOPES, A. R. S; CARVALHO, A. S. Tornar-se Mãe: considerações acerca do lugar da maternidade na contemporaneidade. **Rev. FSA**, Teresina, v.14, n.2, art.9, p. 146-170, mar./abr. 2017.

Contribuição dos Autores	A. R. S. Lopes	A. S. Carvalho
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X